LIDO
Em 08/02/12
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Distrital Wellington Luiz – PPL

PL 724/2012

PROJETO DE LEI Nº , de 2012

(Do Sr. Deputado Wellington Luiz)

Assessoria de Plenário e Distribuição
Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Plenário para análise de admissibilidade e distribuição, observado o art. 112 do RI.
Em 09/02/12
Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Dispõe sobre a inclusão, no Calendário Oficial do Distrito Federal, os eventos relativos aos surdos, na forma que especifica.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIB. 08/Fev/2012 16:54

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º. Ficam incluídos, no Calendário Oficial do Distrito Federal, os eventos relativos aos surdos, a seguir:

I – Dia Nacional do Surdo, a ser comemorado no dia 26 de setembro de cada ano;

II – Dia Mundial do Surdo, a se comemorado no dia 30 de setembro de cada ano;

III – Semana Distrital do Surdo, a ser comemorada, anualmente, no período de 26 a 30 de setembro.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 724/2012
Fls. Nº 01 RITA

JUSTIFICAÇÃO

A história dos surdos registra os acontecimentos históricos dos surdos, como grupo que possui uma língua, uma identidade e uma cultura.

Ao longo das eras, os surdos travaram grandes batalhas pela afirmação da sua identidade, da comunidade surda, da sua língua e da sua cultura, até alcançarem o reconhecimento que têm hoje.

No Egito, os surdos eram adorados, como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os faraós, sendo temidos e respeitados pela população.

CLDF - Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 – 3º Andar – Gabinete 11 – CEP 70094-902
Tels: 3348-8110/8116 – fax: 3348-8113
e-mail: dep.wellingtonluiz@cl.df.gov.br
site:www.wellington.com.vc

Na época do povo Hebreu, na Lei Hebraica, aparecem pela primeira vez, referências aos surdos.

Na Antigüidade os chineses lançavam-os ao mar, os gauleses sacrificavam-os ao deus Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os surdos eram encarados como seres incompetentes. Aristóteles ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença, comum na época, fazia com que, na Grécia, os surdos não recebessem educação secular, não tivessem direitos, fossem marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e que muitas vezes fossem condenados à morte. No entanto, em 360 a.C., Sócrates, declarou que era aceitável que os surdos comunicassem com as mãos e o corpo.

Os Romanos, influenciados pelo povo grego, tinham ideias semelhantes acerca dos Surdos, vendo-o como ser imperfeito, sem direito a pertencer à sociedade, de acordo com Lucrécio e Plínio. Era comum lançarem as crianças surdas (especialmente as pobres) ao rio Tibre, para serem cuidados pelas Ninfas. O imperador Justiniano, em 529 a.C., criou uma lei que impossibilitava os Surdos de celebrar contratos, elaborar testamentos e até de possuir propriedades ou reclamar heranças (com excepção dos Surdos que falavam).

Em Constantinopla, as regras para os Surdos eram basicamente as mesmas. No entanto, lá os surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, como pajens das mulheres, ou como bobos, de entretenimento do sultão.

Mais tarde, Santo Agostinho defendia a ideia de que os pais de filhos Surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os Surdos podiam comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceites quanto à salvação da alma.

Os cristãos, até à Idade Média, criam que os surdos, diferentemente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos.

John Beverley, em 700 d.C., ensinou um Surdo a falar, pela primeira vez (em que há registro). Por essa razão, ele foi considerado por muitos como o primeiro educador de surdos.

É só no fim da Idade Média e inicio do Renascimento que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob a óptica médica e científica.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 724 / 2012
Fls. Nº 02 R ITA

CLDF - Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 – 3º Andar – Gabinete 11 – CEP 70094-902
Tels: 3348-8110/8116 – fax: 3348-8113
e-mail: dep.wellingtonluiz@cl.df.gov.br
site:www.wellington.com.vc

Foi na Idade Moderna que se distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. A expressão surdo-mudo, deixou de ser a designação do surdo.

Pedro Ponce de León, um monge católico da ordem dos beneditinos, inicia, mundialmente, a história dos surdos, tal como a conhecemos hoje em dia. Para além de fundar uma escola para surdos, em Madrid, ele dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos surdos, de pessoas nobres, nobres esses que de bom grado lhe encarregavam os filhos, para que pudessem ter privilégios perante a lei (assim, a preocupação geral em educar os Surdos, na época, era tão somente económica). León desenvolveu um alfabeto manual, que ajudava os surdos a soletrar as palavras (há quem defenda a ideia de que esse alfabeto manual foi baseado nos gestos criados por monges, que comunicavam entre si desta maneira pelo fato de terem feito voto de silêncio).

Nesta época era costume que as crianças que recebiam este tipo de educação e tratamento fossem filhas de pessoas que tinham uma situação económica boa. As demais eram colocadas em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua "anormalidade".

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 724 / 2012
Fls. Nº 03

Em resultado da evolução nos campos da tecnologia e da ciência, no século XX, particularmente no campo da surdez, a educação dos surdos passou a ser dominada pelo oralismo (que encara a surdez como algo que pode ser corrigido). No entanto, sem a cura da surdez os insucessos do oralismo começaram a ser evidenciados, pois o método não os ajudava a conseguir um emprego, comunicarem-se com ouvintes desconhecidos ou manter uma conversa fluída.

Entretanto, surge o primeiro aparelho auditivo, em 1898. Na Antiguidade, os aparelhos usados eram cornetas, ou tubos acústicos, mas a ampliação eletrônica começou com Bell, em 1876, quando inventou o telefone com a intenção de amplificar o som para a sua esposa e mãe, ambas surdas. Ideia que é concretizada em 1900, em Viena, por Ferdinand Alt. Só em 1948 surgem aparelhos com pilhas incorporadas e em 1953 começou a ser usado o transístor em próteses.

Em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantação coclear. Esse tipo de implante sempre gerou muita controvérsia nas comunidades surdas em todo o mundo. Os argumentos a favor do implante resumem-se ao acesso à língua oral, na idade crítica de aquisição, que a cirurgia é simples e segura e com a possibilidade de proporcionar à criança de ter uma vida social com som, e não com deficiência.

No entanto, a comunidade surda, como um todo, é contra a implantação coclear em crianças surdas, antes da aquisição da linguagem. Pensa a comunidade que obrigar a criança surda a ser ouvinte, mesmo não sendo, influencia outros a

negligenciar necessidades e meios de apoio à deficiência. Muitos médicos recomendam que o implante coclear seja acompanhado com a língua gestual, especialmente nos primeiros anos da criança, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo fontes médicas, os riscos do implante coclear incluem: infecção, vertigem, estimulação retardada, forte exposição a campos magnéticos, necessidade de acompanhamento médico por toda a vida.

Por essas razões, conclamamos os nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2.012.

Wellington Luiz
Deputado Distrital – PPL

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 724 / 2012
Fls. Nº 04 RITA

CLDF - Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 – 3º Andar – Gabinete 11 – CEP 70094-902
Tels: 3348-8110/8116 – fax: 3348-8113
e-mail: dep.wellingtonluiz@cl.df.gov.br
site:www.wellington.com.vc